

Dominação burguesa nas sociedades modernas

JORGE MIGLIOLI*

Desde a publicação (em 1867) do primeiro volume de *O Capital*, surgiu uma vasta literatura sobre o processo de exploração econômica dos trabalhadores por parte da burguesia. Contudo, a respeito da *dominação* burguesa a literatura é muito mais escassa e fragmentada.

Para conquistar e manter seu domínio sobre as demais classes da sociedade, a burguesia se utiliza de diversos instrumentos, que podem ser agrupados em quatro categorias: 1) a propriedade e o controle dos meios de produção; 2) a estrutura política e administrativa do Estado; 3) os aparatos de repressão e coação públicas; 4) os mecanismos ideológicos. Os aparatos de repressão e coação, em geral, fazem parte da estrutura do Estado, mas estão colocados separadamente devido a sua importância.

I

A sociedade capitalista se caracteriza pelo fato de a burguesia ser a classe que detém a propriedade e o controle dos meios sociais de produção ou, pelo menos, a maior parte deles (a parte restante podendo ser constituída por empresas públicas ou estar em mãos de pequenos proprietários). Esse fato é usualmente analisado pelo ângulo da exploração: de como o monopólio dos meios de produção por parte da burguesia como um todo permite que ela explore a classe trabalhadora.

* Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Todavia, esse fato é também um elemento do processo de dominação. Por dois motivos básicos. Primeiro, a exploração da classe trabalhadora é a principal fonte dos capitais e riquezas em geral amealhados pela burguesia, e é com esses recursos que ela financia outros instrumentos de dominação (agremiações burguesas, partidos políticos, meios de comunicação etc.). Segundo, porque o fato de possuir e controlar os meios de produção implica, por si mesmo, uma posição de dominação da burguesia em seu relacionamento com os trabalhadores assalariados; afinal, o emprego, os salários, as condições de trabalho dependem das decisões dos patrões, mesmo quando os trabalhadores têm alguma força de negociação (por exemplo, através de sindicatos). Essa dominação direta se manifesta inclusive nas relações pessoais entre patrões e empregados, onde esses últimos freqüentemente assumem uma postura de submissão, não só dentro mas também fora do processo de trabalho.

Além da dominação efetiva, o monopólio dos meios de produção por parte da burguesia, principalmente quando representado por meio das grandes fortunas, exerce também um domínio simbólico. Ou seja, grandes riquezas tornam-se símbolos de grandes poderes, que impõem às classes subalternas atitudes de admiração, fascínio, respeito e até mesmo temor.

II

O Estado é o principal órgão de dominação política de uma classe sobre outras. Para conquistar esse poder, a burguesia passou por um longo processo de formação, de crescimento e de aprendizagem.

Na Europa ocidental ela surge, entre os séculos 10 e 11, sob forma mercantil, isto é, composta por comerciantes, cambistas e emprestadores de dinheiro, e logo em seguida é aumentada com a participação dos artesãos urbanos. Durante muito tempo o poder político esteve nas mãos da nobreza, dos grandes senhores de terras, o que não impediu o crescimento e enriquecimento da burguesia. Com a formação das monarquias absolutistas (apoiadas pela burguesia), unificando territórios, mercados, leis, moedas, tributos etc., o poder político se concentrou nos reis. Bastante enriquecida, uma parte da burguesia começou a comprar terras, conquistar títulos de nobreza e, inclusive, a assumir cargos nos governos. Apesar de continuar sendo uma classe subordinada, a burguesia se fortaleceu, adquiriu maior experiência e começou a vislumbrar a possibilidade de tomar o poder. Na Inglaterra, já no século 17, teve importante influência nas revoluções de 1640 e 1660, das quais resultaram a queda do poder do rei, o aumento da participação do parlamento (em especial da chamada “Câmara dos Comuns”, separada da “Câma-

ra dos Lordes”) e a conquista de novos direitos, sem, contudo, profundas alterações. Na Inglaterra, a burguesia, aliada da pequena nobreza (que se aburguesava), depois dessa revolução agiu de modo lento e cauteloso, e isso continuou assim até mesmo com o aparecimento (a partir da segunda metade do século 19) dos empresários industriais, a fração mais dinâmica e ousada da burguesia. Na França a história foi bem mais turbulenta. Inserida no chamado “terceiro estado”, a burguesia começou a lutar diretamente pelo poder de classe a partir da revolução de 1789 (que acabou com os direitos feudais), antes mesmo de iniciar a industrialização do país, e continuou sua luta apesar de todos os percalços posteriores: a instauração do império de Napoleão Bonaparte, a restauração monárquica, o golpe de Luís Bonaparte etc. Também em outros países da Europa, mais cedo ou mais tarde, a burguesia começou a mostrar-se como uma classe própria, em suas ambições, num período de grandes transformações: industrialização, formação da classe operária, recomposição de territórios (unificações alemã e italiana), guerras etc. Estudando a situação econômica e política de diversos países europeus, Arno J. Mayer chegou à conclusão de que mesmo nos mais desenvolvidos (Inglaterra, Alemanha, França) a burguesia só chegou à posição de classe dominante, superando a classe ligada ao Antigo Regime, a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-18)¹

Nos Estados Unidos a história foi bem menos complicada. Em 4 de julho de 1776 as treze colônias americanas declararam-se independentes do Império Britânico, continuaram lutando até 1781 e finalmente em 1783 assinaram o tratado de paz com a Inglaterra; estavam então formalmente criados os Estados Unidos da América. Sua Constituição definitiva foi aprovada em 1787 e no ano seguinte George Washington foi eleito seu primeiro presidente. Nos doze anos entre a declaração da independência e a aprovação da Constituição, a grande burguesia dos treze estados (grandes proprietários de terras – como G. Washington –, comerciantes, banqueiros, especuladores, fabricantes), formada ainda durante o período colonial, consolidou-se como classe dominante.

Situação semelhante aconteceu em outros territórios colonizados, evidentemente com variações. Com a introdução de formas capitalistas de exploração, ainda sob o domínio colonial, foram surgindo as burguesias locais, subordinadas aos colonizadores. Com a independência desses territórios, suas burguesias passaram a adquirir o caráter de classe dominante, mesmo que submissas aos ditames das grandes potências internacionais – como na América Latina e em outras regiões do mundo.

¹ Arno J. Mayer. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

É interessante observar que, muito antes de assumir o poder em escala nacional e internacional, ou seja, em espaços limitados e fechados como os das cidades, e durante um certo período da história, a burguesia alcançou a posição de classe dominante. Em suas origens, na Idade Média européia, os comerciantes começaram a concentrar-se em burgos (daí a denominação de burgueses), muitos dos quais desenvolveram-se como cidades de milhares de habitantes. Com o consentimento (às vezes obtido à força) dos senhores feudais das terras onde se localizavam essas cidades, muitas se transformaram em comunas com autonomia administrativa, governadas por seus próprios habitantes. Com o crescimento populacional resultante principalmente do ingresso nas cidades de trabalhadores rurais fugitivos do regime de servidão em suas áreas de origem, essas populações foram divididas em pobres e ricos (que a partir de um momento passaram a receber, só eles, a designação de burgueses). Foram os ricos (comerciantes, banqueiros, artesãos etc.) que, desde o início, assumiram o controle e os principais postos de governo das comunas: suas primeiras experiências como classe dominante. E o governo dessas comunas seguia mais ou menos um padrão comum, antecipatório da hoje em dia tradicional divisão de poderes em executivo, judiciário e legislativo: o *maire* (prefeito), os *échevins* (algo como juizes ou conselheiros) e a assembleia geral de habitantes (forma mais popular de parlamento, não permanente)².

III

No capítulo 1 do *Manifesto Comunista*, Engels e Marx afirmam que “o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios de toda a classe burguesa”³. A afirmação é verdadeira mas parece exagerada por causa da palavra “comitê” e da expressão “nada mais é do que”. Isso soa como se um grupo de burgueses estivesse permanentemente reunido para cuidar dos interesses exclusivos da burguesia.

Não se trata disso. O Estado é um vasto conjunto de órgãos ocupando um enorme número de pessoas numa estrutura em forma de pirâmide, cuja base é formada por funcionários que apenas cumprem obrigações sem poder de decisão em questões relevantes. A parte média alta ganha importância porque está próxima do pico (especialmente em certas atividades) e assume funções de decisão e mando. Mas o fundamental são os cargos no cume do governo: presidente, ou

² Ver Régine Pernoud, *Histoire de la bourgeoisie en France*, vol. I, cap. 1 a 3. Paris, Seuil, 1981.

³ F. Engels e K. Marx, *Manifesto Comunista*, p. 68. Petrópolis, Vozes, 1990.

primeiro ministro, e seus ministros (poder executivo), juízes do tribunal superior (a cúpula do poder judiciário) e parlamentares (legislativo). É aí e nos escadões médios superiores (especialmente em cargos que interessam mais diretamente, como, por exemplo, na área econômica) que entra a burguesia. De diversos modos. Pessoalmente, ocupando cargos: são burgueses afastados formalmente de suas atividades econômicas, mas tendo aí suas fontes de renda, que se dedicam à vida política. Ou através de seus representantes de confiança, os quais estão ligados à burguesia por interesses comuns e muitas vezes são provenientes dos quadros de direção de empresas privadas ou prestam serviços a elas. Ou então, por meio do assédio aos ocupantes dos cargos de governo, seja em caráter pessoal ou através de congressos, cerimônias, jantares de confraternização etc., além do permanente ou esporádico trabalho de *lobby*. Ou ainda, de forma mais grosseira, pela pura e simples corrupção. E para concluir este ponto, é preciso ressaltar que a burguesia não fica diariamente tramando sua dominação, a qual se dá rotineiramente através das leis; estando em vigor essas leis, a dominação está garantida através de sua aplicação, e para isso existem os órgãos competentes do Estado.

Uma das mais importantes funções do Estado nas sociedades capitalistas é a de coordenar e harmonizar os interesses diversificados da burguesia como um todo. Ela não é uma classe homogênea. Dentro de uma nação a burguesia pode dividir-se por regiões e, o que é mais importante, fracionar-se por setores de atividade (rural, comercial, industrial etc.) e essas diferentes frações (regionais ou setoriais) podem ter conflitos entre si; por exemplo, a burguesia de uma região protestando contra os favorecimentos estatais a outras regiões, diversas frações setoriais reclamando das taxas de juros dos bancos, comerciantes clamando pela queda das tarifas de importação para aumentar suas vendas de bens importados, contrariamente aos industriais que desejam a elevação dessas tarifas para que seus produtos vençam a competição de preços com os importados, e assim por diante. É preciso haver um órgão para resolver essas pendências; esse órgão é o Estado. Se as diversas frações tivessem igualdade de força dentro do Estado, seria necessário encontrar um equilíbrio para as políticas estatais. Mas o mais comum é a preponderância de uma fração dentro do bloco burguês; nesse caso é preciso fazer concessões às outras frações para preservar a unidade do bloco. Isso nem sempre acontece e pode, então, surgir conflitos em seu interior, inclusive com lutas pela tomada do poder do Estado. Um dos exemplos históricos mais conhecidos desse tipo de disputa, assumindo formas violentas e, inclusive, envolvendo a participação da classe operária, ocorreu na França

⁴ K. Marx. *As lutas de classes na França 1848-1850*.

nos anos de 1848-50, descrito por Marx em seu livro *As lutas de classes na França*⁴.

Disputas mais intensas pelo predomínio dentro do bloco burguês e do poder do Estado são mais específicas de fases em que a burguesia como um todo está em vias de tomar o poder ou consolidando esse poder recém conquistado, que são também, nos países economicamente mais avançados, momentos em que o crescimento industrial já aumentou enormemente o peso da burguesia como um todo e, dentro dela, a importância da burguesia industrial. A partir daí, a tendência é a de que essa última assuma a hegemonia dentro do bloco, reduzindo as disputas.

Mais recentemente, ou seja, a partir da década de 1970, acentua-se um novo processo de mudança no bloco burguês. Na verdade o processo não é novo. Já podia ser observado no início do século 20, mas só nas últimas décadas ganhou relevância e continua expandindo-se, até mesmo nos países capitalistas menos avançados. Trata-se da unificação da burguesia através da financeirização do capital. Em poucas palavras: diferentemente dos capitalistas dos velhos tempos que eram proprietários diretos de suas empresas (e, dependendo dos setores onde elas se localizavam, eles eram capitalistas rurais, ou comerciais, ou industriais etc.), os atuais capitalistas (principalmente médios e grandes) diversificam a aplicação de seus capitais em ações de sociedades anônimas em diferentes setores ao mesmo tempo, de modo que deixam de ser rurais, comerciais etc. e se tornam capitalistas multissetoriais; cria-se assim uma burguesia unificada, isto é, não fracionada setorialmente, em que todos seus membros têm interesses em todos os setores ao mesmo tempo. Essa burguesia unificada assume o caráter de burguesia financeira: em lugar de possuir capital *real* (prédios, máquinas, equipamentos etc.) ela se converte em proprietária de capital *financeiro*, que compreende o dinheiro e papéis facilmente conversíveis em dinheiro (como as ações, os títulos de crédito etc.)⁵.

É claro que a unificação do capital reduz os atritos setoriais, facilitando a atuação do Estado como órgão não só de coordenação econômica mas também de dominação política da burguesia. Porém isso não aplaina todas as arestas. Sobram pelo menos duas. Uma é o fato de que, mesmo se economicamente unificados, nem todos os burgueses rezam pela mesma cartilha; sem abandonar a defesa do interesse geral de sua classe, formam-se grupos que defendem propostas diferentes para vários problemas nas mais diversas áreas, como na economia, nas políticas interna e externa, na assistência social, ecologia etc. Todos sabem que, em questões essenciais na defesa do sistema capitalista – e para usar de conhecida comparação

⁵ Esta questão está mais claramente exposta em Jorge Miglioli, “Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes”, revista *Crítica Marxista*, n° 6, 1998.

irônica –, nada é mais parecido com um republicano do que um democrata nos Estados Unidos, assim como acontece com conservadores e trabalhistas na Inglaterra, e no entanto seus respectivos partidos gastam fortunas e empenham-se bravamente para eleger seus representantes no governo. Além disso, e mesmo que a pluralidade partidária burguesa seja efetivamente resultado de lutas passadas e expressem divergências presentes, sua existência faz bem para a imagem “democrática” do sistema: afinal, caro eleitor, você é livre para escolher seu candidato, mesmo que você esteja optando apenas pela cor que o diabo deve ter.

A segunda aresta que incomoda o funcionamento “harmonioso” do Estado é a atuação desregrada das grandes empresas – que os economistas contemporâneos, mesmo os de língua portuguesa, gostam de chamar de “corporações”. Por um lado, essas empresas infringem as leis, falsificam balanços e relatórios, corrompem autoridades etc. Descobertas e levadas a público essas mutretas – como vem ocorrendo freqüentemente nos últimos anos –, provocam o desgaste do sistema e principalmente da confiança nas empresas que deveriam ser os baluartes da economia de mercado livre. Por outro lado, essas empresas – através de *lobbies* e de contatos diretos com políticos no poder – intervêm nas decisões governamentais e buscam favores especiais. Tudo isso provoca rachaduras no bloco burguês no poder, porque beneficia grupos específicos de capitalistas, às vezes em detrimento de outros. Por isso mesmo, e embora o sistema capitalista não seja um modelo de honestidades e correção no mundo dos negócios, o Estado tenta reprimir esses comportamentos, em prol da unidade das diferentes frações da burguesia e para evitar desgaste político junto a outras classes sociais.

Em conclusão, o Estado moderno é realmente um órgão “para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Mas não só. Serve também para subordinar os interesses das outras classes aos interesses primordiais da burguesia. Alguns autores, que negam até mesmo a existência de classes sociais, consideram o Estado uma instituição voluntariamente constituída pelos membros da sociedade com a finalidade de defender igualitariamente os interesses e direitos de todos seus “cidadãos”. Ou então, um pouco mais avançadamente, reconhecendo a existência de classes, outros autores vêem o Estado como um órgão de conciliação de interesses de todas as classes, situando-se acima delas. Não deixa de ser verdade que o Estado não pode deixar de levar em conta as necessidades e reivindicações das classes subalternas, sabendo que a intolerância – em especial se radicalizada – pode gerar grandes insatisfações e revoltas. Assim, é necessário prestar alguma assistência, principalmente em áreas básicas, como saúde, educação, moradia, salário mínimo, aposentadoria etc.; ou seja, em relação às classes subalternas, principalmente as mais pobres, o Estado é, antes de tudo, assistencialista. Além disso, precisa garantir-lhes alguns direitos especiais, próprios de suas atividades (como assalaria-

dos: direitos de sindicalização, de greve, de férias remuneradas etc.), e prometer-lhes (o que nem sempre é cumprido) tratamento igualitário em face das leis do Estado. (Como disse o romancista André Gide em algum texto, a lei é tão igualitária que pune com o mesmo rigor tanto o pobre como o rico que roubem uma galinha...) Em suma, o Estado burguês atende interesses das classes subalternas com o objetivo de preservar o processo de exploração em condições de estabilidade política e social e desde que não haja prejuízo para a burguesia como um todo. Para expressar isso com um exemplo simples: a classe trabalhadora pode reivindicar melhores salários e condições de trabalho, mas não pode exigir o fim do próprio sistema capitalista; ou seja, só se pode jogar de acordo com as regras e quem as faz é a burguesia.

IV

Como a burguesia assume o poder do Estado? Com exceções, é um processo longo, que às vezes implica manifestações violentas como revoltas e guerras civis. Antes de mais nada, requer o crescimento da burguesia, não apenas em termos populacionais mas principalmente em termos de força econômica, política, cultural e ideológica (para usar uma expressão marxista fora de moda, a burguesia tem de deixar de ser apenas “uma classe em si” e converter-se em “uma classe para si”). As atividades econômicas controladas pela burguesia precisam ter importante papel na sociedade e formar alguns grupos burgueses ricos e muito ricos para se projetarem também social e politicamente, inclusive adquirindo funções públicas (até mesmo cargos ministeriais). Precisam formar suas próprias coletividades auto-reconhecíveis, desde organizações de festas até agrupamentos mais formais, como clubes e corporações, onde não só se aproximam pessoalmente como também ganham consciência política. Nesse processo de tornar-se uma “classe para si”, isto é, tornar-se uma classe auto-consciente, distinta das outras classes, a burguesia também vai criando seus próprios princípios e valores (até mesmo religiosos, como na Europa, onde parcelas da burguesia abandonaram o catolicismo para adotar variadas correntes protestantes) e identificando seus próprios interesses.

Antes de tomar o poder do Estado, a burguesia passou por variadas aprendizagens que a prepararam para o grande salto posterior. Em primeiro lugar, em suas ocupações profissionais, os burgueses mostraram capacidade técnica e administrativa, criando e renovando procedimentos de produção, de comércio e de atividades bancárias, como as novas formas de organização empresarial, o seguro, a letra

⁶ Cf. Jacques Le Goff. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. Lisboa: Gradiva, s.d., cap. 1.

de câmbio, a contabilidade mais precisa etc.⁶; sem esquecer que foram eles mesmos que liquidaram o primitivo artesanato de ofício, substituindo-o pela manufatura e, depois, pela grande indústria, revolucionando os modos e os volumes de produção. Os burgueses também penetraram na vida acadêmica. Com a criação das universidades a partir dos primeiros anos do século 13 (Bolonha, Oxford, Paris etc.), os burgueses puseram seus filhos para estudar; eram principalmente estudos de Direito, que interessavam mais diretamente a eles; muitos desses advogados, ou “legistas”, tornaram-se proeminentes em suas sociedades; apenas como exemplo: o reinado de Felipe o Belo (1268-1314, rei da França a partir de 1285) assinala a ascensão de uma camada específica da burguesia: os legistas, “que são figuras típicas de burgueses, de um gênero novo, que não obtêm sua influência de um poder econômico (...) mas de seus conhecimentos jurídicos, do estudo e da prática da lei”⁷. A importância dos juristas está no fato de que são eles que propõem mudanças nas leis vigentes no período feudal, adaptando-as aos “novos tempos”, propondo inclusive o poder absoluto do rei (contra os senhores feudais) e a padronização das normas jurídicas em todo o reino (em oposição às leis específicas de cada domínio senhorial). Em outras áreas, e em poucas palavras, os burgueses criaram escolas laicas, aprimoraram os conhecimentos de cálculo e de geografia, e patrocinaram as artes (especialmente pintura e arquitetura). Em suma, durante muito tempo, entre uma aristocracia fútil e decadente (como a do período absolutista) e classes trabalhadoras (urbanas e rurais) iletradas e rudes, a burguesia estava justamente predestinada a ser a classe dominante. Se os reis eram “reis pela graça de Deus”, a burguesia conseguiu seu reinado por seus próprios méritos.

Em seu caminho para o poder, a burguesia também passou por experiências revolucionárias. Algumas mais limitadas, como suas lutas para liberar suas comunas do domínio feudal. Algumas mais ousadas, como a de Étienne Marcel, grande mercador de Paris, que aproveitando-se da confusão (surto de peste e de fome, guerras, disputas pelo trono) na França, na metade do século 14, conseguiu tomar o poder por um curto período, com um conselho formado apenas por burgueses, até ser massacrado⁸.

Talvez os maiores envolvimento revolucionários da burguesia tenham sido, por ordem cronológica, na Inglaterra em 1640-60, nos Estados Unidos durante a luta pela independência a partir de 1776 e na França em 1789 e anos seguintes. Em todos esses três casos o poder dominante, na época, era a nobreza feudal, embora, nos Estados Unidos, ainda colônias britânicas, o núcleo desse

⁷ Régine Pernoud, *op. cit.*, p. 135.

⁸ *Idem*, pp. 192-205.

poder estivesse do outro lado do oceano Atlântico, o que facilitou a luta pela independência americana: apesar da resistência do rei da Inglaterra na época, perder alguns territórios pouco conhecidos, escassamente povoados e de economia incipiente não era uma tragédia tão grande quando comparada com a eventual perda de poder dentro da própria Inglaterra. Nesse país e na França a burguesia não conquistou o poder; teria sido prematuro, considerando-se que aquela que seria sua parcela mais poderosa – a industrial – ainda nem despontara em cena. De qualquer modo, a burguesia fez algumas conquistas, as mais importantes delas sendo o rompimento com as amarras feudais e a maior liberdade econômica – além de começar a ser reconhecida como uma nova força na história⁹.

Nos Estados Unidos a tomada do poder foi fácil e rápida e, dentre os atuais países capitalistas avançados, a mais antiga. Expulsos os colonialistas britânicos e assinado o tratado de paz com a Inglaterra em 1783, o destino do novo país – constituído originalmente por 13 estados – foi entregue a seu povo, aqui entendido como o conjunto da população. Algumas medidas progressistas foram tomadas: fim do direito de progeneritura (segundo o qual só o filho mais velho tinha direito à herança dos pais), proibição da importação de negros escravos, confisco e partilha das enormes propriedades de terras de ingleses, separação entre Estado e religião, etc. Os anos seguintes, em especial o de 1786, foram de crises políticas e econômicas: conflito entre estados, insatisfação com a inoperância do governo confederado (central), antagonismo entre pobres e ricos em alguns estados, a revolta liderada por Daniel Shays, ausência de uma moeda nacional, descontrole das moedas estaduais, impedimentos ao livre comércio entre estados, falta de proteção aos produtores locais, especulação exagerada com terras e títulos públicos de dívida. Descontentes, alguns homens poderosos, pela riqueza e/ou influência política (entre eles George Washington, latifundiário e ex-comandante militar na luta pela independência), decidiram realizar uma convenção, com delegados de todos os 13

⁹ Ver Christopher Hill, *A revolução inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 1977; Georges Lefebvre, *A revolução francesa*. São Paulo: IBRASA, 1989, especialmente livro 6, cap. 1.

¹⁰ Como assinalam discretamente Allan Nevins e Henry Steele Commager (*Breve história dos Estados Unidos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 131): “Alguns historiadores deram muita ênfase ao fato de que o maior grupo de delegados era o de proprietários e portadores de títulos continentais [norte-americanos] ou estaduais”, ou seja, títulos de dívidas públicas. E mais adiante (p. 135): “Alguns estudiosos, que encaravam a Convenção como um grupo econômico, e não político, declararam que suas conclusões principais favoreciam os proprietários, os comerciantes e financistas”. Mas os autores tentam justificar esse fato alegando que os Estados Unidos eram, na época, uma sociedade quase sem distinção de classes... Também apresentam (nas pp. 135-136) um breve resumo da nova constituição.

estados, para elaborar uma nova constituição federal¹⁰. Não cabe aqui entrar em minúcias, mas sem dúvida essa nova constituição, aprovada em 1788, fixou regras adequadas e precisas para a organização da sociedade dentro de moldes burgueses e serviu de modelo para outros países no futuro.

Uma classe social em sua ascensão ao poder, como a burguesia, enfrenta uma dupla tarefa: livrar-se da classe até então dominante e livrar-se da classe “popular” (aí incluindo os trabalhadores de todos os setores, pequenos comerciantes e agricultores, prestadores de serviços etc.). Aproveitando-se de que essas duas classes são antagônicas, a burguesia, conscientemente ou não, joga uma contra a outra. Nos Estados Unidos a luta contra o domínio inglês foi travada e vencida graças à participação popular; na França, na revolução de 1789 e nos enfrentamentos posteriores contra as forças do Antigo Regime, o povo novamente foi fundamental. Na medida em que a burguesia vai conquistando poder, suprimindo entraves econômicos e políticos para seu desenvolvimento, ela vai integrando-se com a “velha” classe dominante: agora não mais a burguesia preocupa-se em comprar títulos de nobreza (embora continue a fazê-lo para elevar seu *status*), mas é a nobreza que se emburguesa envolvendo-se em atividades capitalistas, porque, afinal, com a perda de suas explorações feudais, os nobres precisam buscar novos meios para enriquecer-se, ou pelo menos, evitar o empobrecimento. A partir daí é a classe popular que incomoda e, como não se pode suprimi-la, torna-se necessário criar mecanismos para afastá-la do poder.

O mecanismo mais simples (inclusive porque mais conhecido ao longo da história) e também freqüentemente usado nos tempos modernos, não só nos chamados países periféricos mas também na Europa (quantas ditaduras houve nesse continente durante o século 20?) é o do governo autoritário, onde o povo é sumariamente afastado do poder. Talvez uma forte razão para isso seja a da burguesia sentir-se ameaçada em seu poder, principalmente em situações de agitação popular ou de crise econômica e política. Um outro motivo seria de o poder executivo precisar promover alguma mudança brusca de orientação enfrentando a oposição dos outros poderes legalmente constituídos. Também relevante é a tradição “democrática” ou “autoritária” do país envolvido (é mais difícil imaginar uma ditadura na Inglaterra do que na Rússia), embora nem sempre a tradição seja suficiente para segurar um forte impulso autoritário no meio de uma crise.

Sem recorrer a isso, a burguesia tem sido pródiga em criar instrumentos para manter a classe popular afastada do poder. Assim já acontecia nas comunas na Idade Média, quando se exigia um certo nível de riqueza como condição para participar do processo eleitoral. O requisito da riqueza – seja sob a forma de propriedade, de renda ou de imposto pago – também foi adotado na Inglaterra e na França, quando a burguesia ainda lutava pela conquista do poder e procurava

afastar os mais pobres, e nos Estados Unidos por ocasião da escolha dos delegados à Convenção da Filadélfia (1787), encarregada de elaborar a nova (e definitiva) Constituição federal. Acrescente-se que, mesmo depois de aprovada essa constituição, outros instrumentos impeditivos também foram usados, como a proibição de voto de índios e negros (mesmo os nascidos nos Estados Unidos), enquanto os imigrantes em geral só teriam direitos eleitorais depois de se tornarem cidadãos americanos, mas isso muitas vezes era negado ou longamente postergado em função dos interesses dos governantes¹¹.

Sistema mais sofisticado de afastar o povo do poder foi criado pela própria Constituição norte-americana. Trata-se do modo como foi formulado o processo de escolher o governo, dividido nos chamados três poderes: executivo (presidente da república, que nomeia seus ministros), legislativo e judiciário (no caso americano, juizes do supremo tribunal são os que interessam aqui); o legislativo seria separado em duas partes: a câmara dos representantes (deputados) e o senado. Os deputados seriam eleitos diretamente pelo povo (com as restrições já mencionadas) para um período de dois anos; os senadores seriam eleitos pelos deputados para um mandato de seis anos, sendo que um terço deveria ser renovado a cada dois anos (posteriormente os senadores, como os deputados, seriam eleitos pelo povo); o presidente, com mandato de quatro anos, seria escolhido indiretamente pelo povo, ou seja, os cidadãos de cada estado elegem seu candidato e cada um dos estados tem um peso previamente estabelecido no total de votos para presidente (supostamente isso era para preservar a autonomia de cada estado); finalmente, a Corte Suprema teria seus membros (juizes) indicados pelos presidentes, com mandatos para toda a vida¹².

Deve-se acrescentar que, nos Estados Unidos, a Corte Suprema funciona na prática como uma Terceira Câmara chamada a ser ‘a guardiã da propriedade contra o poder do número’ [isto é, dos eleitores]; e é justamente dessa forma que ela, no século XIX, obstaculiza fortemente o desenvolvimento da democracia, o associativismo sindical, o imposto de renda progressivo, a proibição do trabalho infantil etc.¹³

¹¹ Muitas dessas restrições eleitorais, assim como os argumentos usados por políticos e intelectuais da época (europeus e norte-americanos) para justificá-las ou defendê-las, são citadas por Domenico Losurdo, *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: UNESP, 2004, cap. 1

Uma breve descrição desse sistema é feita por Leo Huberman, *Nós, o povo: a epopéia norte-americana*. São Paulo: Brasiliense, s.d., pp. 79-80.

¹³ Domenico Losurdo, op. cit., p. 25.

O sistema parlamentarista também constitui um filtro para se chegar ao poder central: o povo vota em candidatos ao parlamento (poder legislativo) e o primeiro ministro e os demais ministros são indicados pelo partido que obtém maioria de votos; a não ser que essa maioria seja absoluta, o partido vencedor precisa compor-se com outro ou outros partidos (como acontece freqüentemente na França e na Itália, onde existem muitos), e toda essa negociação implica nova filtragem.

Tanto no parlamentarismo como no presidencialismo, a existência de partidos políticos também é importante no processo de filtragem. Para ser eleito presidente ou chegar ao cargo de primeiro ministro é preciso, antes de tudo, ser escolhido por seu partido. E, no regime capitalista, um partido que consegue fazer um presidente ou um primeiro ministro, em “condições normais” (isto é, sem grandes crises), precisa ser um grande partido em escala nacional, com muitos recursos para sustentar e vencer eleições – em suma, um partido burguês, no qual somente pode ser escolhido um candidato identificado com os princípios, ideais e interesses da burguesia.

Em resumo: em sua ascensão ao poder do Estado, a burguesia elimina ou incorpora em suas fileiras a classe dominante precedente (como a nobreza na Europa, ou seus representantes nos Estados Unidos, ou os grandes proprietários de terras em outros países como o Brasil), e vai afastando desse poder seu aliado anterior, o povo, através de diversos mecanismos, desde os mais autoritários até os mais sofisticados, ou menos evidentes.

Cabe acrescentar: na medida em que a burguesia vai-se consolidando no poder, tornando-se mais segura, ela começa a extinguir ou abrandar alguns desses mecanismos, às vezes não por iniciativa própria mas por causa de pressões internas (populares) ou mesmo externas (afinal, é preciso ter uma ‘boa imagem’ na chamada “comunidade internacional”). É o que muitos chamam de “avanço ou aprimoramento da democracia”. E para compreender adequadamente esse processo, sem ilusões a respeito do caráter intrinsecamente autoritário da burguesia, é preciso levar em conta um outro aspecto do problema: a supressão ou a suavização de diversos mecanismos políticos de afastamento do povo é facilitada pelo contrapeso da crescente dominação ideológica, que torna esse povo cada vez menos “perigoso” para os propósitos burgueses – um tema a ser abordado mais adiante.

Uma nota final, talvez redundante: apesar do “avanço democrático” na atualidade, a burguesia como um todo, ou frações dela, está freqüentemente lembrando às outras classes – em escalas nacional e internacional – que ela não perdeu seu caráter autoritário e está pronta para “pôr ordem” nas coisas quando necessário, inclusive através de processos iníquos ou fora das regras oficialmente aceitas. No interior dos países isso é visível nos atos de repressão a movimentos sociais

contestatórios e, nos períodos eleitorais, no surgimento ou ressurgimento de propostas de combate aos trabalhadores, aos imigrantes de qualquer origem, às reivindicações igualitárias de mulheres, grupos minoritários etc. Até mesmo atos considerados arcaicos, como os velhos procedimentos de impedir o direito de voto ou anular votos efetuados, voltam a ser praticados quando do interesse de pelo menos uma parcela poderosa da burguesia – como a ligada aos setores militar e de energia –, como aconteceu nos Estados Unidos, em particular no estado da Flórida, para promover a primeira eleição de George W. Bush para presidente da República, em 2000. No plano internacional a ação da burguesia chega a ser escandalosa, com intervenções militares, ameaças bélicas, atividades subversivas em países não alinhados etc., como sempre ocorreu ao longo da história, chegando a níveis extremos nos dias de hoje.

V

Nos chamados Estados democráticos a dominação burguesa é exercida com base 1) em leis escritas e 2) em regras socialmente aceitas. Tem-se, em geral (até mesmo em regimes ditatoriais), uma lei maior, que é a Constituição, e, subordinada a ela, um grande conjunto de leis específicas disciplinando diferentes aspectos da vida em sociedade. Além disso existem regras não jurídicas adotadas mais ou menos voluntariamente pelos membros da sociedade, às vezes com poder coercitivo maior do que o de muitas leis.

Para simplificar, os termos “lei” e “regra” serão usados aqui para designar, respectivamente, o que está e o que não está submetido ao controle jurídico do Estado, como definido no parágrafo anterior.

Podem ser observadas duas tendências opostas: por um lado, o crescimento das leis, englobando aspectos cada vez mais amplos da vida em sociedade; por outro lado, a redução das leis no que se refere especificamente à esfera econômica, que passa a ser cada vez mais desregulada ou apenas disciplinada por regras. Existe uma base epistemológica que norteia essas duas tendências: o comportamento econômico não precisa de leis porque é regulado pela força do mercado, enquanto não há uma força semelhante para regular outros tipos de comportamento social os quais, portanto, necessitam de leis.

Não cabe aqui discutir a concepção de que a força do mercado é suficiente para controlar o comportamento dos “agentes” econômicos. Como se sabe, essa é a idéia fundamental do liberalismo econômico e orienta a ação, ou inação, do Estado nessa esfera da vida, deixando-a livre de intervenções. Mas, por trás dos argumentos teóricos para justificar essa atitude, a razão verdadeira é a de que a

burguesia tem o total controle direto dessa esfera e não requer a interferência do Estado, a não ser em momentos excepcionais para a defesa de interesses econômicos da classe ou de frações da classe.

Quanto aos outros comportamentos sociais, a conclusão é perfeitamente justificável. Em sociedades mais antigas, a tradição, as religiões, as relações de família e outras atuavam como princípios reguladores; com o avanço do capitalismo tudo isso foi-se esfacelando. E aqui é irresistível a tentação de citar um trecho famoso do *Manifesto Comunista* (cit., p. 69):

O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrado é profanado...

Essa volatilização da solidez e da estabilidade gera a quebra de regras, comportamentos anárquicos, ou o que Durkheim chamaria de *anomia social*. É preciso, então, restabelecer nova ordem social, necessária para o funcionamento do sistema capitalista, e isso é feito – ou pelo menos, tentado – pela imposição de leis, a qual requer, por sua vez, mecanismos de controle, coação e repressão, supridos pelo Estado e complementados por outros de caráter privado. Ergue-se um monumental aparato envolvendo instituições e grande parcela da população economicamente ativa, exercendo as mais diversas funções: tribunais, delegacias de polícia, corregedorias, cadeias, presídios etc., e juizes e advogados das mais diversas áreas, policiais, carcereiros etc.; a isso podem agregar-se as forças armadas que, embora formalmente incumbidas da segurança externa do país, servem também para serviços internos.

É claro que nem todo esse aparato está diretamente voltado para a defesa do sistema capitalista e de interesses específicos da burguesia no país. Uma parte atende a necessidades da população; por exemplo, para evitar e punir roubos, assaltos, agressões, assassinatos, para disciplinar o trânsito em ruas e estradas, para combater o tráfico de drogas etc. Mas muitas situações ilegais que parecem envolver apenas indivíduos e podem ser insignificantes para o funcionamento do sistema têm importância na medida em que infringem os princípios ou as normas desse sistema; tal é o caso, por exemplo, dos chamados

crimes contra a propriedade, quanto esta, principalmente a propriedade privada, é um dos pilares do regime capitalista.

Por outro lado, pelo menos uma parte desse aparato serve para a proteção direta do regime, vigiando sindicatos, reprimindo movimentos contestatórios (às vezes também greves), espionando a vida de opositores etc. Por fim, a simples existência desse aparato tem enorme poder de advertência e coação.

VI

O controle estatal (aí incluídas a filtragem no acesso ao poder assim como a coação e a repressão) exercido sobre as classes subalternas pode ser e usualmente é arrefecido ao longo do tempo, na medida em que a burguesia se fortalece no poder graças à expansão e ao aprofundamento da dominação ideológica – a qual nada mais é do que o domínio do pensamento da classe dominante¹⁴, ou, visto por outro ângulo, a aceitação ou incorporação desse pensamento por parte das classes dominadas.

A dominação ideológica é comum a todas as formações sociais onde existe o domínio material de uma classe social, a classe que controla os meios de produção. Foi no capitalismo que essa dominação atingiu sua maior expressão, devido à concentração populacional, ao desenvolvimento dos meios de comunicação e ao esforço dos “intelectuais orgânicos” da burguesia (para usar uma denominação dada por Gramsci). Na Europa, durante a Idade Média, o que preponderava mesmo era a ignorância e o misticismo numa população esparramada pelas zonas rurais, mas ainda assim havia uma campanha ideológica mantida pela igreja cristã, que era a única instituição capaz de alcançar a totalidade (ou quase) da população dominada. As missas e outras celebrações religiosas, assim como a aproximação pessoal com os “emissários de Deus”, eram momentos de doutrinação, nos quais ensinava-se que, entre outras coisas, aquele mundo era criação divina e, portanto, eterno. A própria nobreza acreditava nisso, mostrando – como também acontece nas sociedades capitalistas – que a classe dominante crê em seus próprios mitos. Mas embora a pregação ideológica fosse muito menor do que a dos tempos modernos – entre outras razões, por insuficiência de meios materiais e recursos humanos –, a submissão dos dominados era facilitada pela inexistência de alternativas sociais pelas quais lutar: combater um senhor feudal para conquistar o quê? destronar um rei para colocar outro? A não ser já no fim da Idade Média, quando as classes subalternas se reuniram para alcançar algumas vitórias de menor ou maior impor-

¹⁴ “As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante”. K. Marx e F. Engels, *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1999; p. 72.

tância (como nas revoluções inglesa e francesa antes mencionadas), anteriormente restavam apenas as revoltas pessoais e de pequenos grupos cujas manifestações eram frequentemente identificadas como atos satânicos.

O modo de produção capitalista enfrentou, desde seu período de formação, um adversário poderoso com uma proposta diferente de organização social: a classe operária e o socialismo. Não é à-toa que já em 1848 o *Manifesto Comunista* começa com a frase: “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo”. Mas antes disso a burguesia já estava lutando contra esse espectro, inclusive no plano ideológico. Surge aí uma vasta literatura de filosofia, em especial de filosofia política – e até mesmo uma nova “ciência”, a economia política – lançando as bases e, aprimorando-as, do que seria a justificação teórica do novo modo de produção. Embora ainda usados, argumentos religiosos, em face do avanço das ciências físicas e do racionalismo iluminista, cediam lugar a novas idéias sociais agora apoiadas no conhecimento da natureza ou no que seus autores entendiam como natureza. Muitas dessas idéias partiam do conceito de “natureza humana”, e cada autor atribuía-lhe a característica que lhe servisse para formular sua concepção social. Dois exemplos ilustres: Thomas Hobbes (1588-1679) partia do princípio de que o homem tende naturalmente a lutar contra os outros homens (ou, segundo a famosa expressão, “o homem é o lobo do homem”) para explicar a necessidade da existência do Estado; para Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), precursor do liberalismo político, a sociedade não é um estado natural do homem.

Buscava-se assim elementos da natureza – nesse caso, da “natureza humana” – para explicar o Estado e a sociedade e depois, mais especificamente, a formação social capitalista; ou seja, naturalizava-se e daí, como parte da natureza, eternizava-se o capitalismo. Se nos Estados absolutistas da Idade Média um homem era rei “por vontade de Deus”, nos Estados modernos a formação social capitalista é apresentada como a “condição natural da sociedade”. Para isso muito contribuíram os economistas, a partir de Adam Smith, que “descobriu” duas características naturais do ser humano – sua tendência à troca e seu egoísmo ou interesse próprio¹⁵ – e sobre isso elaborou sua teoria da “mão invisível” ou capacidade auto-reguladora do mercado livre. Foi a partir de Adam Smith que os chamados economistas “neoclássicos” construíram sua teoria

¹⁵ A divisão do trabalho “é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana (...) ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”. E: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse”. Adam Smith, *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983; pp. 49 e 50.

apologética do liberalismo econômico – que hoje domina avassaladoramente o pensamento desses profissionais – glorificando o capitalismo.

A identificação da formação social capitalista com a natureza é um argumento ideológico poderoso. Se ela é “natural”, de nada adianta combatê-la ou tentar transformá-la em outra coisa, a qual, por decorrência lógica, seria “antinatural” – e o vexatório colapso das economias ditas socialistas do leste europeu é usado como exemplo disso. Se não adianta combatê-la, essa crença gera, naqueles que desejariam fazê-lo e em todos os que se importam, um sentimento de impotência e resignação. Ou, mais generalizado ainda, um sentimento de indiferença. E todos esses sentimentos são politicamente paralisantes, o que torna a situação mais tranqüila para a burguesia. Os mais renitentes ainda fazem algumas perguntas, como: pelo menos é possível melhorar o capitalismo, por exemplo reduzindo o desemprego e as desigualdades sociais e protegendo a natureza? Se o capitalismo é tão bom, por que os países subdesenvolvidos, que são capitalistas, vão tão mal? A resposta é uma só: tudo é uma questão de tempo, porque o livre jogo do mercado resolverá esses problemas. A solução é esperar, e continuar acreditando.

Dentro dessa onda politicamente paralisante, alguns indivíduos mais ativos reagem e embarcam em campanhas mais restritas e pragmáticas (como os movimentos das organizações não-governamentais, as conhecidas ONGs), as quais, todavia, não constituem uma ameaça ao sistema capitalista. Mas a grande maioria de indivíduos volta-se exclusivamente para a vida pessoal, muitos deles movidos pelos valores da nova ordem: eficiência, competitividade, enriquecimento... e muita, muita diversão que essa nova ordem se encarrega de oferecer para todos os gostos e que em geral dispensa o ato de pensar, de refletir.

Mas a campanha ideológica não arrefece. Ela começa dentro de casa, onde os mais velhos (em geral os pais) ensinam aos mais jovens um conjunto de princípios e valores da ordem capitalista: respeito à propriedade privada, desprezo pela política, indiferença pelos “desafortunados”, admiração pelos “bem sucedidos” (principalmente os “ricos e famosos”), boa formação para “enfrentar o mercado de trabalho” e assim por diante. As escolas dão continuidade ao conformismo, embotando o espírito crítico e enfatizando as áreas técnicas, prioritárias para a procura de empregos porque mais requisitadas pelas empresas. As religiões se dividem e subdividem em igrejas, enriquecendo pastores, pregando a resignação no mundo terreno e oferecendo recompensas no mundo celestial, desde que se tenha fé, muita fé; e ainda criam-se ou estimulam-se seitas onde se pratica a total passividade com o objetivo de se atingir o nirvana olhando-se para o próprio umbigo, com muito incenso e cantoria sorumbática. Um quadro exagerado? E as organizações políticas outrora combativas e de oposição, quando não revolucionárias? Sindica-

tos de trabalhadores humilhados e impotentes, enfrentando a onda de desemprego e de concentração de renda, nadam contra a corrente na busca de empregos e de manutenção dos níveis salariais, sem outras perspectivas. Partidos políticos antes de esquerda tornam-se “realistas” e caem no mais descarado reformismo, quando não aderem ao liberalismo, apesar de tentar manter um linguajar progressista. Outro quadro exagerado? Evidentemente continuam a existir sindicatos combativos, partidos de esquerda (em geral fragmentados), manifestações organizadas ou espontâneas de contestação, mas são personagens situados nas margens do quadro, quase saindo pela moldura.

A burguesia moderna dispõe de um fantástico instrumento de doutrinação e dominação: são os meios de comunicação. Nos velhos tempos só era possível recorrer às conversas, aos discursos públicos, aos folhetos e aos jornais e, em âmbito restrito, aos livros; apesar de precários, esses instrumentos serviam à dominação mas também à contestação, e nesse caso sofriam censura e repressão, como no período do Antigo Regime na Europa. Na França, com a ascensão popular a partir da Revolução de 1789, os jornais ganharam grande importância e cresceu o número deles, inclusive daqueles ligados aos trabalhadores (que viriam a constituir a chamada “imprensa operária”); preocupada com isso e sem poder censurá-los ou reprimi-los diretamente, a burguesia, que a partir da revolução começou a desligar-se das “classes populares”, passou a recorrer a um poder que ela bem conhecia: o poder da riqueza; os jornais foram obrigados a pagar taxas por exemplar publicado ou a depositar garantia ao fazer seu *registro*¹⁶, o que acabou por reduzir ou mesmo suprimir, em certos períodos posteriores, essa imprensa.

Talvez tenha começado aí o controle burguês dos meios de comunicação. Hoje todas as grandes empresas de comunicação (editoras de livros, revistas e jornais, agências de notícias, redes de televisão, companhias cinematográficas, portais de acesso à *Internet* etc.) estão nas mãos da grande burguesia e ocorre um processo de concentração dessas empresas em escala nacional e internacional. Assim, as notícias divulgadas, as reportagens, e até os programas de divertimento são filtrados na malha dos interesses dessa classe. O monopólio dos meios de comunicação se transformou em monumental instrumento de doutrinação, dominação e alienação das classes dominadas.

¹⁶ Cf. Domenico Losurdo, op. cit., cap. 4.